



DIÁRIO POPULAR



Director JACINTO BAPTISTA

Director-adjunto ABEL PEREIRA

ANO XXXV — 1976 — N.º 12 110 — PREÇO 6\$00

Propriedade da Empresa Pública dos Jornais SÉCULO e POPULAR (EPSP) — R. Luz Soriano, 67, Lisboa 2 — Telets. 328291/5 (P. P. C. A.) — 328296-354630-354639 (Redacção) — 328297 (Publicidade)

RETIDO EM LAS PALMAS POR SUSPEITA DE SABOTAGEM BOMBISTA

SOARES CHEGARÁ AO BRASIL COM UM ATRASO DE 12 HORAS

Em contacto com os Serviços de Relações Públicas da TAP, fomos informados de que, durante a madrugada, foi recebida uma chamada telefónica anónima nos serviços do aeroporto, informando de que, no avião em que seguia o primeiro-ministro, teria sido colocada uma bomba. A TAP foi imediatamente contactada e posta ao corrente da situação, tendo comunicado directamente, via rádio, para bordo do avião, que desta

forma, retrocedeu, para aterrar no aeroporto de Las Palmas, onde foi vistoriado, concludindo-se da inexistência de qualquer engenho explosivo a bordo do aparelho.

Assim, cumprida esta norma cautelar, o aparelho seguiu viagem para o Brasil, onde chegará com um atraso de 12 horas, segundo telegrama entretanto distribuído pela Anop.

● Noticiário e crónica (enviados do Rio) do nosso director JACINTO BAPTISTA

Pág. 5

RESULTADOS ELEITORAIS PARA OS MUNICÍPIOS

Mais de 2 milhões não votaram

- ESTABILIZAÇÃO DO ELEITORADO
- P. S. E P. S. D. COM 115 CÂMARAS

Pág. 7

SIDONISMO — o fascismo elementar

● Primeira parte de um trabalho de CARLOS FERRÃO

Destacável

EM MESA-REDONDA PROMOVIDA PELO «D. P.»

DEBATE DOS PROBLEMAS DA FUNÇÃO PÚBLICA POR CANDIDATOS A DIRIGENTES DO SINDICATO DO SUL

Destacável

A GREVE DOS CTT



Foto de JOSÉ ANTUNES

A grande maioria dos trabalhadores dos C. T. T. aderiu, hoje, à greve-aviso de um dia, que terminará esta noite, às 23 horas. Nos locais onde a afluência do público é habitualmente maior, o Sindicato afixou avisos, explicando das razões da greve e pedindo a compreensão do público para os transtornos provocados pela forma de luta adoptada.

Pág. 13

22 MILHÕES DE ESPANHÓIS VÃO HOJE ÀS URNAS

Centrais



IMUNIDADES

ESTAMOS em crer que o momento interessante da sessão de ontem mais valia não ter ocorrido. Não devia ter-se mesmo verificado — e mais não fazemos, ao dizê-lo, do que subscrer a veemente desaprovção do presidente Vasco da Gama Fernandes.

O entendimento das imunidades parlamentares não é — ficou claro — pacífico, e, de tão amplo, pode abranger mais do que controversas e ilegítimas actuações.

Ontem, foi terreno propício a que um deputado do C. D. S. chamasse agatunosa a dois cidadãos que aguardam sentença judicial. Mais e pior: dois cidadãos que Näsana Coissoró nomeou.

Debatia-se o decreto que suspende até 12 de Fevereiro as acções de restituição de posse das empresas autogeridas e o deputado Manuel Pires, do P. S., replicando à argumentação de Lucas Pires, do C. D. S., que reeditara as posições do seu partido expressas na semana passada, aquando do principio do debate (declarando, a abrir, que estava feita maioria pela ratificação, motivo pelo qual se limitava a fazer perguntas), citou o caso de uma empresa que foi devolvida ao proprietário, depois de uma providência cautelar contra os trabalhadores e que está fechada há quatro meses, quando os trabalhadores, no periodo em que a geriram, haviam conseguido a rendibilidade económica. Manuel Pires citou Näsana Coissoró como advogado do proprietário e aqui começou o incidente, lamentável a que nos referíamos.

É facto que o deputado socialista precipitou os acontecimentos, nomeando o deputado centrista; mas não é menos verdade que Näsana Coissoró não precisava de chamar estunosa a dois trabalhadores que depositaram determinada quantia nas suas contas particulares, quando, segundo documentos que Manuel Pires afirmou ter em sua posse, o Ministério das Finanças se autorizava a movimentar contas bancárias da empresa, a Polícia Judiciária atestava que não se verificava desvio de fundos e os próprios trabalhadores haviam escrito uma carta áquelle ministério, informando-o das providências tomadas.

Sobretudo — e é oportuno recordar que toda a argumentação do C. D. S. sobre o decreto em causa se baseava na exclusiva competência dos tribunais para decidir dos casos em que se registava abandono voluntário dos patrões nas empresas hoje autogeridas, na separação nitida entre os poderes executivo, legislativo e judicial — o juiz, embora tivesse dado provimento de medida cautelar, não se pronunciara ainda sobre as acusações pendentes contra os trabalhadores.

O incidente, que motivou um emaranhado de protestos e contrapostos teve o único mérito de prolongar a sessão, dado o tempo inútil que obrigou a gastar.

Intervieram no debate, além de Lucas Pires e Amaro da Costa (C. D. S.), Sérgio Simões (P. S.), Saveriano Falcão (P. C. P.) e, por último, o ministro do Trabalho.

Marcelo Curto anunciou que em breve estava pronta a lei destinada a regular a autogestão, enalteceu o esforço de muitos trabalhadores na recuperação das empresas abandonadas e afirmou que o Governo não é contra a propriedade privada, simplesmente procurou evitar, enquanto não houver legislação adequada, que patrões tentem reapossar-se sem justificação das empresas que sabotaram.

A argumentação do ministro coroou as antecedentes dos deputados socialistas e comunistas.

O P. P. D./P. S. D., que interveio sob forma de declaração de voto (abstenção), afirmou, pela voz de Sérvulo Correia, que embora defendesse a propriedade privada não podia colocar em risco os legítimos interesses dos trabalhadores.

O decreto acabou por ser ratificado na generalidade, com o voto contra do C. D. S., a abstenção do P. P. D./P. S. D. e os favoráveis do P. C. e P. S.

Dado que o C. D. S. propôs emendas, baixara à Comissão de Trabalho, (e não à de Direito, Liberdades e Garantias, como Amaro da Costa pretendia, sendo o requerimento que neste sentido apresentou, batido pelo P. S. no que respeita à comissão competente) e nela será votado na especialidade, conforme proposta também do C. D. S.

Antes da continuação deste debate, foi encerrado o dos títulos. O Governo retirou, na prática, a sua proposta de lei, ao anunciar através de Comunicado do Conselho de Ministros, que o subsídio de Natal devia ser pago integralmente em dinheiro, e o pedido de urgência, esvaziado de conteúdo, foi rejeitado, com voto favorável do P. S.

Manuel Moura, deste partido, revelou que o Governo não desiste do projecto e que voltará a submetê-lo, com emendas, à consideração da Assembleia.

Esta fase final do debate sobre o controverso tema, motivou ainda criticas severas ao Governo, por parte de todos os partidos (salvo, obviamente, o governamental) e que acusaram de arrogante e desleigantex e repudiaram acusações de eleitoralismo (não obstante, em sessões anteriores, se tornasse, por vezes, difícil, descontinuar onde acabava a defesa dos interesses dos trabalhadores e começava a preocupação das eleições à porta). Vital Moreira, do P. C. repudiou ainda que o Governo tivesse medido todos os partidos em mesmo sacco, não distinguindo o seu, que apresentou proposta alternativa.

JOAO PAULO DE OLIVEIRA

CONSELHO DA REVOLUÇÃO — O Conselho da Revolução reúne-se hoje a partir das 15 e 30, no edificio do E. M. G. F. A., ao Restelo, tendo como agenda de trabalhos a análise da situação política e militar.

GALVÃO DE FIGUEIREDO EM LISBOA — O ministro da República nos Açores, após ter assistido ao último Conselho de Ministros e ter sido recebido pelo chefe do Governo, teve, ontem, reuniões com o secretário de Estado do Turismo, director da INATUR, Direcção-Geral da Acção Regional e secretário de Estado da Segurança Social. O general Galvão de Figueiredo avisou-se ainda com o Presidente da República, ao fim da tarde.

ACORDO LUSO-FRANÇES — Na sequência de reunião,

em Outubro passado, entre as delegações da França e de Portugal, para estudar o prosseguimento do acordo luso-francês sobre facilidades concedidas pelo nosso país à

scribe a possível renovação do referido acordo.

MISSÃO COMERCIAL DO EQUADOR VISITA PORTUGAL — Em visita oficial, a comi-

diário POLÍTICO

Francia, nos Açores, realiza-se hoje e amanhã, nova reunião, que tem por objectivo ultimar a preparação dos elementos de informação a submeter à consideração dos dois governos para efeitos de decisão

te do Governo português, chega hoje a Lisboa uma missão comercial do Equador chefiada pelo ministro da Indústria, Comércio e Integração, eng.º Galo Montano Perez. A representação equatoriana, que permanecerá em Portu-

NA GULBENKIAN

SÁ CARNEIRO E FREITAS DO AMARAL ANALISARAM OS RESULTADOS DAS ELEIÇÕES

Ontem, na Gulbenkian, Sá Carneiro e Freitas do Amaral, presidentes respectivamente do P. D. D./P. S. D. e do C. D. S., deram conferências de Imprensas em que abordaram as eleições para as autarquias, limitando-se no essencial, a repetir as interpretações dadas na noite da véspera, através da RTP, em mesa-redonda a que também compareceram o primeiro-ministro e Alvaro Cunhal.

Disse o dr. Sá Carneiro:

«O P. S. D. considera que estas eleições reflectiram diversos factores negativos. Em primeiro lugar a lei que a regula. Lei que dificultou a própria organização das eleições, da campanha, teve aspectos negativos nos eleitores, sendo em parte responsável pelo elevado número de abstenções.

Depois elegeram-se os órgãos de poder local sem se saber qual o conteúdo dos seus poderes, qual a sua autonomia financeira.

Elegeram os órgãos locais em sistema proporcional o que irá segundo o nosso modo de ver, afectar a eficiencia do governo das Câmaras Municipais e isto levou a muitas pessoas desinteressarem-se das candidaturas por isso mesmo.»

Depois de responsabilizar o cansaço do eleitorado pelo abstencionismo e de acusar o Governo de utilizar a TV para fazer campanha, Sá Carneiro referiu em pormenor aos resultados eleitorais referindo que «nas câmaras onde concorremos tivemos em percentagem um resultado de 45 por cento e nos mandatos tivemos 31,8 por cento no total, contra 36,8 por cento do P. S.

Nos temos dito que um Governo de alternativa ao actual Governo — salientou depois Sá Carneiro — deve ser da confiança do Presidente da República, cujo papel não é apenas o de designar o primeiro-ministro encarregado de formar governo e aprovar o seu programa. Um Governo de reduzido número, com pessoas competentes escolhidas de partidos democráticos ou até sem partidos, aprovado pelo Presidente da República, com um programa claro, que em frente da situação nacional procure resolver os graves problemas, estabelecidos num programa de emergência, seria a

gal até depois de amanhã, efectuará várias conversações com entidades portuguesas, durante as quais deverão ser assinados um acordo comercial e um acordo de pagamentos entre os dois países.

ENSINO PORTUGUÊS EM FRANÇA — Na próxima sexta-feira, às 11 e 30, em cerimónia a realizar no Ministério da Educação e Investigação Científica, a dr.ª Helena Neves tomará posse do cargo de coordenador-geral do ensino português em França, no quadro da politica de apoio aos nossos emigrantes, nomeadamente no respeitante ao ensino.

FISCALIZAÇÃO ECONÓMICA — Toma hoje posse, às 18 horas, no Ministério do Comércio e Turismo, do cargo de director-geral da Fiscalização Económica, o capitão-de-fragata João Maria Contente, nomeado para aquelas funções em comissão de serviço.

alternativa válida para o Governo minoritário socialista.»

FREITAS DO AMARAL: «OS RESULTADOS PODIAM SER MELHORES...»

Freitas do Amaral, por seu turno, considerou-se satisfeito com os resultados embora, admitisse que poderiam ter sido melhores.

«Destas eleições não resultam quaisquer modificações significativas no quadro geral da politica portuguesa, de um ponto de vista nacional. Para o C. D. S. as eleições confirmaram as posições relativas dos principais partidos, segundo o acto eleitoral de Abril.

Depois de lamentar a abstenção verificada e de a atribuir ao cansaço e frustração do eleitorado, o dirigente centrista afirmou:

«O futuro do Governo socialista depende essencialmente da capacidade de enfrentar a crise económica, numa altura em que se verificam problemas típicos de onde emergem as grandes convulsões, particularmente o desemprego e a inflação». Detendo-se neste campo,

Freitas do Amaral acusou o Governo de «indefinição e ineficácia» e depois de referir que o gabinete de Mário Soares tinha perdido a «expectativa benevola» de todos quando tomou posse, adiantou o que no seu entender se impõe para enfrentar a crise: imaginação, decisão e poder de concretização, e capacidade de «mobilização das grandes massas para a tarefa da reconstrução nacional.

Respondendo a uma pergunta sobre o futuro próximo do Governo, o presidente do C. D. S. salientou que se a situação inflacionista e de desemprego se agudizasse, «seria bem possível que o Governo não pudesse continuar a governar», frisando ao mesmo tempo que a Constituição prevê os mecanismos democráticos indispensáveis para uma solução democrática de uma eventual crise politica.

O prof. Freitas do Amaral anunciou ainda que está prestes a entrar em funcionamento um serviço de apoio aos centristas eleitos para as autarquias de molde a estes poderem contar com todo o apoio técnico e politico necessário.

O ATENTADO BOMBISTA CONTRA O SEMANÁRIO «O PAÍS»

CENTENAS DE CONTOS DE PREJUÍZOS

Elementos da Polícia Judiciária enchiam, esta manhã, quase por completo, as instalações, ontem destruídas à bomba, do jornal «O País», na Rua de D. Pedro V. São centenas de contos de prejuizos materiais, em móveis, máquinas de escrever, telefones e elementos decorativos, como quadros, reposteiros e alcatifas. Tudo se passou em poucos minutos, cerca das 21 horas de ontem. Um homem e uma mulher entraram nas instalações do jornal, onde naquela altura apenas se encontrava um funcionário, o publicista Jorge Ferro, vendaram-lhe os olhos e amarraram-no a uma cadeira enquanto colocavam o engenhio numa outra sala do jornal. Segundo declarações de Jorge Ferro, enquanto o homem colocava o dispositivo que provocou a explosão, a mulher, que entretanto passara a guardá-lo, interrogou-o sobre se concordava com a linha politica do semanário em que trabalhava. Depois, os dois assaltantes-bombistas obrigaram o publicista a sair do jornal, aconselhando-o a que fugisse para uma páteio próximo, «pois ia explodir uma bomba». Entretanto, os autores do atentado escapavam-se para a rua.

VERA LAGOA: «O PAÍS CONTINUA A SAIR»

Vera Lagoa era, esta manhã, uma mulher abatida e psicologicamente esmagada. Disse-nos: «Aqui trabalha muita gente, ganham aqui o pão algumas dezenas de pessoas, mas os bombistas não olharam a isso.

E, depois, com mais ênfase: «Mas o jornal sai. O jornal escapou e sai, como sempre, na próxima sexta-feira. Eles não nos fazem esmorecer, não nos farão parar. A Redacção e as restantes instalações do jornal ficaram destruídas, mas enquanto se reconstruirmos passaremos a trabalhar nas instalações da distribuidora DIG».

Disse-nos ainda Vera Lagoa: «Quero ver se, agora, aqueles que tanto protestaram contra a bomba posta no saguão do Lopes Cardoso também vão promover sessões de repúdio por este atentado, que não é apenas contra uma pessoa, é contra um jornal, contra os que nele trabalham e contra os seus leitores.

UM GRUPO REIVINDICADOR O ATENTADO

Entretanto, numa carta dactilografada recebida na nossa Redacção, outros jornais e na Rádio, um grupo que se intitula de Acção Directa pela Acção Comunista reivindicou o atentado, afirmando, a dado passo, que «espasmos que acções violentas como esta são necessárias para conseguirmos os nossos fins, porque pensamos que a Imprensa fascista deve acabar e não acreditamos que o actual Governo o faça».

O P. C. P. REPUDIAR O ATAQUE BOMBISTA

Num comunicado chegado à nossa Redacção, ao fim da manhã, o departamento de Imprensa do P. C. P. informa que o partido «condena vigorosamente-novo atentado bombista» e reclama que «as actividades contra o regime democrático, venham de onde vierem, sejam firmemente combatidas, seja assegurada eficazmente a defesa da ordem democrática e garantida a tranquilidade e a segurança dos cidadãos».

O ELEVADO ÍNDICE DE ABSTENÇÕES NÃO ALTEROU AS POSIÇÕES RELATIVAS DOS PARTIDOS

DIVERSAS interrogações se podem colocar, neste momento, conhecidos que são os resultados finais, provisórios, das eleições para as 304 Câmaras Municipais do Continente e Ilhas; a razão de ser do elevado número de abstenções (quase dois milhões e trezentos mil portugueses não votaram), a posição relativa dos diversos partidos e os seus ganhos e perdas e, ainda, a posição do Governo socialista perante os resultados. É precisamente em torno destes três tipos de situações que iremos dizer alguma coisa.

Um dos factos mais importantes que resultaram destas eleições foi, sem sombra de dúvida, o elevado grau de abstencionismo do eleitorado, que em algumas zonas chegou a atingir os cinquenta por cento. Os políticos não se têm cansado de repetir que essa situação se ficou a dever ao cansaço da pessoa obrigada a votar, no mesmo ano, por três vezes, mas, seja como for, parece-nos que o problema não poderá ser visto sob essa perspectiva. Não podemos considerar-nos numa situação privilegiada para tentar encontrar outras razões para tal resultado, pois teremos sido, eventualmente, dos primeiros a alertar, conforme já vimos realizando o nosso plano de reportagens, dando a palavra ao povo deste País para a falta de interesse que se registava em toda a parte por estas eleições. E as razões apontadas eram simples: o povo sentia-se cansado de servir de joguete nas mãos dos partidos, apostados em defender os seus interesses em vésperas de eleição e não acreditava que se pudesse resolver, agora, aquilo que, durante mais de dois anos, ainda não tinha sido feito no mínimo. Mas, o povo dizia, ou deixava peticionar, mais qualquer coisa: que não estava esclarecido, que

não sabia perfeitamente para o que ia votar e não acreditava nas promessas irrealizáveis dos partidos que lhe vinham bater à porta de casa. Muito se poderia dizer em torno destas questões, mas iremos deter-nos apenas num aspecto: a falta de esclarecimento. Dê-mos a ideia de que o Governo procedeu bem ao consignar na legislação eleitoral que os candidatos não poderiam utilizar a Rádio e a Televisão para fazer campanha eleitoral, mas já não podemos concordar com a forma como o esclarecimento das populações foi feito. Nesse aspecto, cabem amplas responsabilidades à Comissão Nacional das Eleições, principal responsável por, durante longo tempo, o eleitorado não ter sido esclarecido; responsável ainda, pela elaboração de uma campanha de esclarecimento causativa, pouco esclarecedora, em termos concretos, preocupada fundamentalmente em explicar às pessoas como deviam votar e no que iam votar, o antipedagógico, por não se dar em conta o elevado índice de analfabetismo ainda existente no nosso País; responsável, finalmente, pela forma como pretendem colocar à disposição da população um folheto de esclarecimento que

não terá chegado a muitas zonas a tempo e horas, e a outras, como é o caso dos Açores (onde se observou um dos índices mais elevados de abstenções), na véspera do acto eleitoral ainda não tinha sido divulgado. Portanto, a este respeito temos que admitir dois tipos de questões: por um lado, o real cansaço das populações; por outro, a efectiva falta de esclarecimento que existiu. O resto poderá encontrar-se numa análise sociológica, impossível de fazer neste momento, mas extremamente importante para um completo entendimento deste e de outros fenómenos.

Quem ganhou as eleições para as autarquias locais? No pensamento dos responsáveis pelos principais partidos políticos o seu próprio; segundo a linguagem dos números, a nível global, o Partido Socialista. Pensamos que quando Mário Soares afirma ter o seu partido ganho as eleições, está a pensar na percentagem a nível nacional no número de presidências da Câmara conquistadas (o capital de distrito, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Faro, Guarda, Lisboa, Portalegre Porto, Santarém e Setúbal e 22 cidades, as anteriores e mais Espinho, Guimarães, Figueira da Foz, Lagos, Portimão, Silves, Tavira, Caldas da Rainha, Elvas, Abrantes e Tomar) e no de mandatos obtidos (89), e em outras cidades, Barcelos, Penafiel, Chaves e Lamego. Também Álvaro Cunhal, em nome da F. E. P. U., considerou ter aquela Frente obtido resultados importantes por ter vencido em duas capitais de distrito: Évora e Beja e mais

duas cidades, Estremoz e Alameda. Finalmente, o C. D. S., que venceu em duas capitais (Aveiro e Viseu) e ainda, em Miranda do Douro, Pinhel e Póvoa de Varzim, também se mostra satisfeito. Na nossa opinião, será imprudente avançar-se desde já com conclusões absolutas em torno destes resultados, pois desconhecemos, ainda, o que sucederá a nível de Assembleias Municipais e de Freguesias, e só nessa altura se poderá fazer uma análise política, a nível nacional, e perspectivá-la em termos partidários, o que irá ser o jogo político em cada um dos 304 concelhos. O que se pode dizer, para já, é que, de uma forma geral, se notou uma manutenção do voto popular relativamente ao que tinha sucedido em Abril o que nos diz que, coisa relativamente à inserção nacional de cada uma das forças políticas, registaram-se, neste aspecto, resultados importantes do P. S. nos distritos de Braga, Guarda, Beja, Portalegre e Setúbal; do P. S. D., em Viseu, Açores, Madeira, Beja (Ourique), Bragança, Leiria e Viana do Castelo; do C. D. S., em Aveiro; e da F. E. P. U., no distrito de Setúbal. Por outro lado, terá que considerar-se importante o facto de o P. S. D. ter obtido o mesmo número de Câmaras Municipais que o P. S., tendo em vista que concorreu em menos trinta e cinco concelhos, o que poderá também ser reflectido na percentagem final. O mesmo se poderá dizer relativamente ao C. D. S. e à F. E. P. U., pois os centristas concorreram em menos trinta e cinco concelhos que os comunistas. Num caso como noutro, não se poderá perder de vista que aqueles partidos não concorreram onde não tinham realmente inserção. A grande derrota dos socialistas terá sido em Lis-

boa; a F. E. P. U., em Setúbal; do C. D. S., na Guarda — podendo dizer-se, neste aspecto, que o P. S. não sofreu perdas de vulto, antes pelo contrário. Convirá dizer, ainda, que o facto de o P. S. D. apresentar o maior número de Câmaras em maioria absoluta não é de estranhar, pois os resultados que apresenta vantajosos relativamente ao P. S. advêm das suas vitórias nas Ilhas, o mesmo sucedendo em relação à F. E. P. U., com as suas vitórias na maioria dos concelhos alentejanos. Resta acrescentar mais dois pormenores: a distribuição de mandatos irá possibilitar ao P. S. e ao P. S. D. controlar o maior número de Câmaras em todo o território nacional, o que será bastante importante; por outro lado, não poderão passar sem uma referência os resultados alcançados pelo Movimento de Unidade Popular, que nos diz que, coisa relativamente à inserção nacional de cada uma das forças políticas, registaram-se, neste aspecto, resultados importantes do P. S. nos distritos de Braga, Guarda, Beja, Portalegre e Setúbal; do P. S. D., em Viseu, Açores, Madeira, Beja (Ourique), Bragança, Leiria e Viana do Castelo; do C. D. S., em Aveiro; e da F. E. P. U., no distrito de Setúbal. Apenas três linhas para dizer que, em nossa opinião, se pouco se poderá dizer, para já, em termos regionais, sobre as conquistas de cada partido, uma questão está fora de dúvida e diz respeito aos resultados do C. D. S., sem dúvida o grande derrotado destas eleições, tendo em vista as suas ambições e prognósticos. Mas esta derrota, também terá de ser analisada mais pormenorizadamente.

O que os responsáveis dos partidos terão querido afirmar, em nossa opinião, quando falaram nas respectivas vitórias, terá tido a ver com as consequências destas eleições no que respeita à política nacional. Neste aspecto, pode dizer-se, indiscutivelmente que os grandes vencedores foram o P. S. e o P. S. D. e, a certa distância, a F. E. P. U. Os socialistas, que governam neste momento o País, terão sido destas eleições com a noção de que, como resultado desta autêntica sondagem, o povo português ainda acredita na sua proposta de Governo. Se pensarmos nos ataques que lhe foram dirigidos, pela oposição, durante a campanha, e em algumas medidas antipopulares que tem decretado, teremos de concluir que descer pouco mais de dois por cento, em relação a Abril, foi uma vitória para o seu projecto. Da mesma forma, os socialistas voltaram a confirmar-se como continuando, desta forma, em posição privilegiada para enunciar o Poder. A F. E. P. U. integrada maioritariamente pelo P. C. P., subiu, em relação a Abril, para além de ter recuperado o terreno perdido em Junho. Os seus resultados são importantes, pois permitem, efectivamente, manter a ideia de que o povo português aposta ainda no caminho soa-

lismo. Em relação ao C. D. S., pode dizer-se que a grande derrota foi a da sua condenação da via socialista, base da sua campanha eleitoral, objectivo principal da tentativa de salto para o trampolim do Poder. A antecipação da Alternativa-80, que chegou a assustar muita gente, não se confirmou, e isso foi uma consequência importante da opção tomada pelo povo português. Estamos, desta forma, de acordo, quando os correspondentes americanos afirmam que o povo português ainda aceita o Governo minoritário socialista e quando o nosso correspondente em Moscovo nos dá conta de que os soviéticos saudaram a vitória de esquerda.

CARNEIRO JACINTO

RESULTADOS FINAIS A NÍVEL DE CONCELHOS

ELEITORES INSCRITOS		VOTANTES		ABSTENÇÕES	VOTOS BRANCOS	VOTOS NULOS
6 460 528		4 170 494		35,45	89 544 (2,15)	93 290 (2,24)
PARTIDO OU FRENTE	N.º do concelhos em que concorreu	Percentagem de votos	Número de câmaras em que obteve		N.º total de mandatos	
			Maioria simples	Maioria absoluta		
C. D. S.	250	16,61	22	14	317	
F. E. P. U.	285	17,69	4	33	267	
G. D. U. P.	74	2,51	—	—	5	
L. C. I.	14	0,08	—	—	—	
M. R. P. P.	57	0,66	—	—	—	
P. C. P. (M.-L.)	27	0,37	—	—	—	
P. P. D./P. S. D.	265	24,27	38	77	623	
P. P. M.	8	0,18	1	—	3	
P. R. T.	0	0,01	—	—	—	
P. S.	300	33,24	54	61	691	